

Aconteceu

CONSTITUINTE:

MOVIMENTO POPULAR NO CONGRESSO

KARDEX	()
MC	()
PP	()
DOC. GERAL	()

(Ver pág. 3)



Aconteceu

Nº 409 - Maio/1987

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Arivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grotti Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos da classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para: CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____
Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CE _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Invasão e Desafio

Florestan Fernandes

A técnica tradicional de pressão política, no interior do Parlamento brasileiro, era a de manifestação da galeria. Para neutralizá-la, concebeu-se recentemente uma tática medrosa: limitou-se o número dos que podem ter acesso às galerias. Duzentas pessoas seria o número tolerável, pelo que se descobriu recentemente, quando os professores em greve, de Brasília, tentaram uma ocupação em massa dos lugares. A custo chegou-se a trezentos, depois a quatrocentos lugares. Por fim, quando se descobriu que nenhuma legitimava a proibição, os que puderam subir lotaram o recinto. Temia-se a "baderna"; mas não houve nenhuma perturbação dos trabalhos. Os professores comportaram-se com civilidade e demonstraram que o Brasil já ultrapassou o limite das lutas políticas primárias, ao nível dos que reivindicam. O primarismo, juntamente com a violência e a repressão, corre por conta dos "defensores da ordem".

Nesta fase, na qual se realiza uma espécie de auditoria do Brasil real, a pressão política desenrola-se ao nível das subcomissões, com lances por vezes emocionantes, pungentes e memoráveis. Por várias vias, gente de diversas categorias sociais, profissionais, étnicas e raciais surge no centro do palco e assume o papel de agente, de senhor da fala. Um indígena, um negro, um portador de defeito físico, um professor modesto, saem da obscuridade e se ombreiam com os notáveis, que são convidados por seu saber ou lá comparecem para advogar as causas de entidades mais ou menos empenhadas na autêntica revolução democrática. O "lobbysmo" encontra, assim, um antídoto e os constituintes são devolvidos ao diálogo com o povo, agora não mais à cata de voto e em busca de eleição. Essas pessoas atravessam as portas do Parlamento como paladinos de causas particulares de alto significado nacional. Não se apresentam para cobrar "promessas eleitorais". Desfraldam as bandeiras das grandes esperanças e das grandes ilusões, combatem por utopias e lutam pelo nosso futuro: literalmente, põem os constituintes diante das exigências que o fisiologismo, a debilidade e a ausência de programas dos partidos afugentaram do debate constitucional. Enfim, vemos o mundo pelo avesso. O povo inunda a ANC e abarrota as subcomissões de propostas, de informações e de sonhos. O subterrâneo sobe à tona em todo o seu esplendor e sublinha o quanto o nosso Estado é pobre e o nosso governo, mesquinho.

O que acontecerá em seguida? Essa avalanche de pessoas, grupos, entidades e instituições se interromperá brevemente. Em campo, manobrando ativamente, só ficarão os agentes do "lobbysmo". A voz do povo só voltará através das petições, quando o projeto de Constituição estiver na pauta de discussão da Comissão de Sistematização. Levantam-se duas perguntas. O "lobbysmo" vencerá a batalha? Ou o povo abriu as comportas da história em processo de uma vez por todas? Na verdade, nem todas as subcomissões tiveram a mesma sorte. Algumas só estão sofrendo a forte pressão do "lobbysmo". Noutras, o "lobbysmo" não foi esmagado, apenas teve o seu espaço reduzido. Não obstante, os constituintes dispõem de maior flexibilidade para enfrentar as correntes internas do forte conservadorismo imperante nos partidos da ordem e a opacidade burguesa, que se oculta habilmente por trás do manto protetor do reacionarismo político.

No seu todo, essa é uma situação peculiar. A falta de organização dos partidos da ordem conduziu-os a um impasse. Ao aceitarem os caminhos da iniciativa popular o que fizeram porque não possuíam programas e projetos políticos constitucionais propriamente

ditos - permitiram que os cidadãos invadissem a cidadela dos políticos profissionais e desempenhassem, pelo menos por um curto período, os papéis de "representantes do povo". O dito está dito. Toneladas de papéis desabaram sobre as subcomissões e, agora, não há como ignorar o seu conteúdo. O desafio está lançado. Não há como ignorar o que a maioria espera dos constituintes.

Essas são as duas pontas de um dilema político, que o conservadorismo das classes dominantes não tem como negligenciar. Elas se garantiram aqui e ali, nas subcomissões que lhes pareciam "essenciais" para defesa da ordem. Ainda, como absorver o impacto da mudança vinda e imposta de baixo para cima em alguns pontos e ignorá-lo em outros? Se se quiser, por exemplo, modelar um Estado de segurança nacional será preciso guarnecer todas as muralhas da fortaleza. E isso ficou impraticável. Tornou-se também um jogo arriscado, no qual os defensores obstinados da ordem existente não poderão mais avançar sem temor, como acontecia anteriormente. O terreno está minado. Os que ergueram a sua voz na ANC não irão querer nem que suas propostas sejam menosprezadas nem que a sua própria voz seja silenciada ou ignorada de novo.

O desafio também é enorme para os que pretendiam uma "Constituição enxuta" ou "sintética". Haverá muita decepção mesmo que o processo constituinte ganhe uma densidade democrática e libertária indiscutível. Procedeu-se a um deslocamento que está indo longe demais. Apesar das discrepâncias e contradições, a voz do povo quer que a Constituição contenha um rol máximo de normas constitucionais. A Constituição se definiu concretamente como uma arma na luta contra o arbítrio, é uma resposta à ditadura e à tutela militar, embutida na "Nova República". Não só se quer explodir a Bastilha - existe o empenho coletivo de partir-se de uma posição avançada na prática de uma democracia de participação ampliada. Enquanto as elites econômicas e políticas das classes dominantes querem breçar o processo constituinte, através do ardil de uma "transição democrática" (delimitada segundo uma equação político-militar como "lenta, gradual e segura"), o empuxe que procede da eclosão popular volta-se espontaneamente por um salto qualitativo, que remete a uma revolução política. Portanto, a voz do povo tal como ela ecoa nas subcomissões aponta na direção da soberania plena da ANC e nega a "revisão constitucional", articulada pelo governo e pelos dois partidos da Aliança Democrática.

É preciso examinar com cuidado os dados dessa situação política. As lutas sociais, que pareciam dormir no subconsciente de uma massa silenciosa de cidadãos apáticos, estavam de fato fervilhando no substrato da sociedade. Subiram rapidamente à superfície e para a sorte imerecida dos donos do poder, graças ao processo constituinte, concentraram-se em torno de uma revolução política dentro da ordem. O dilema, que se explicita até para uma análise superficial, é ineludível. Ou as classes dominantes absorvem essa revolução política, encaixando-a no processo constituinte, por onde ela eclodiu; ou a revolução política se voltará contra as classes dominantes, levando junto, em derrocada, o processo constituinte. A armadilha da transição lenta, gradual e segura voltou-se contra o caçador. A "Nova República" e o pacto conservador dos dois partidos da ordem não suportaram a prova da convocação de uma ANC. O processo constituinte, abrindo-se às pressões da sociedade civil, libera a vitalidade do movimento democrático da sociedade brasileira e conduz à destruição do que subsiste do complexo ditatorial.

Os que pensavam que "podiam fazer a história" vêm-se, de repente, postos contra a parede. O grau de desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira e o nível de desenvolvimento do regime de classes conferiram às lutas sociais uma influência oscilante mas decisiva. A crise econômica, a crise institucional e o imobilismo do governo, que foiapanhado de surpresa por essa evolução inesperada, multiplicaram (e irão multiplicar

cada vez mais) a crepitação das lutas sociais e sua atuação como fator histórico instabilizador e construtivo. As composições conciliadoras vão pelos ares. Elas perderam sentido histórico e eficácia política. Aproxima-se rapidamente a hora da verdade, de uma redefinição do ordenamento civil, dos partidos e do Estado. O processo constituinte poderá servir como um condensador dessa redefinição, assinalando o novo ponto de partida; ou poderá ser o foco de um abcesso, que nos devolverá a um regime ditatorial ou desencadeará uma guerra civil.

Parodiando Joaquim Nabuco, podemos dizer que a sociedade abalada deixou escapar pelas fendas de seus alicerces o espírito revolucionário. É paradoxal que o Estado e, dentro do Estado, o Parlamento sejam o meio pelo qual esse espírito revolucionário se desvenda com tamanha nitidez. Porém, foram as forças da ordem que encaminharam as coisas nesse rumo, certas de que poderiam conter o processo constituinte nos limites de uma revisão constitucional ditada por seu reacionarismo e por seus interesses particulares. Tais cálculos já foram parcialmente frustrados e poderão ser completamente invertidos, se persistirem a insatisfação e a revolta generalizadas que se apossaram da imensa maioria. Os que chegam às subcomissões para defender o democratismo e os interesses coletivos exigem "o preto no branco". Querem uma Constituição analítica, que reflita com inteireza o que todos esperam, que ela desemboque, no mínimo, numa revolução política dentro da ordem. E é exatamente isso que a massa de parlamentares conservadores repudia, o governo sabota e o PMDB apenas finge apadrinhar, paralisado que está pela hegemonia de seus vários "centros" e de sua extrema direita. Tal contra-posição indica que as decepções poderão se avolumar, as lutas sociais saírem do âmbito do Parlamento para as ruas e a crise política atingir seu verdadeiro objetivo e um climax incontornável. (FSP - 8/5/87)

Florestan Fernandes, 66, deputado federal (PT-SP), é sociólogo, ex-professor catedrático e atual professor emérito da USP, e também docente da PUC-SP.

Constituinte

FOGAÇA PROPORÁ SEMIPRESIDENCIALISMO

Sob pressão da cúpula do PMDB, que quer um regime o mais presidencialista possível, o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo do Congresso constituinte, apresentará na próxima segunda-feira um projeto de sistema de governo que ele próprio definiu, ontem, como "presidencialismo parlamentarizado". Na prática, implicará um equilíbrio quase perfeito entre Executivo e Legislativo, com ligeiro acento presidencia-

lista. Mais importante: Fogaça vai propor que esse sistema entre em vigor ainda durante o governo do presidente José Sarney. Segundo Fogaça, o "presidencialismo parlamentarizado" que vai propor implicará um regime de co-responsabilidade entre presidente e o primeiro-ministro na condução administrativa do país, mas que o "pêndulo do poder" recairá, em última instância, no presidente, por ser eleito diretamente. Sua proposta, ironizou, terá "51,9% de presidencialismo", o que significa que os outros 48,1% "serão um grande avanço parlamentarista". Um dos temas

mais polêmicos de sua proposta será o poder do Congresso de dissolver o gabinete, isto é, todos os ministérios, inclusive os militares, através do voto de desconfiança. "Os ministros militares serão como os demais", disse. Inspirado na Constituição uruguaia, Fogaça prevê três tipos de voto de desconfiança do Congresso em relação ao governo: o voto singular (contra um ministro em especial), plural (contra vários) e coletivo (contra o primeiro-ministro, portanto contra todo o gabinete). Em compensação, os "51,9%" de poder do presidente serão expressos através dos seguintes mecanismos: o presidente participará da elaboração de leis, terá poder de vetar as que forem aprovadas pelo Congresso, encaminhará o orçamento da União ao Congresso e, principalmente, terá o poder de dissolver o Congresso, se seu gabinete não conseguir apoio parlamentar. (FSP - 9/5/87)

ÍNDIO QUER REMARCAÇÃO DE TERRAS PELA CONSTITUINTE

Demarcar terras para cerca de 40 mil índios de diversas tribos do território de Roraima, acabando com conflitos com fazendeiros e Polícia e também com garimpeiros interessados na extração de ouro e diamante, é o pedido que consta no abaixo-assinado que está sendo colhido no território para ser entregue aos constituintes. O índio Gilberto Macuxi, que tentou eleição para a Constituinte pelo PT, participou da palestra ontem, no Museu do Índio, sobre Sociedades Indígenas e Constituinte e ressaltou que os parlamentares "não podem esquecer dos índios, os primeiros habitantes desta terra". Gilberto Macuxi explicou que somente 12 pequenas áreas na chamada região do Lavrado, ao norte de Roraima, estão demarcadas pela Funai, mas a medida não foi oficializada pelo Presidente José Sarney. Os índios lutam pela demarcação de uma área de cerca de 1,4 milhão de hectares, a Raposa Serra do Sol,

onde vivem cinco tribos - inclusive a dele, Macuxi - reunindo 15 mil pessoas, também ao norte do território. Há um ano, a Funai começou o levantamento da área, mas segundo Gilberto, "ouviu mais os fazendeiros que os índios" e propôs dividir a área em lotes. Os índios querem, porém, uma área única, que não divida as tribos. (ÚLTIMA HORA/RJ - 30/4/87)

CONSTITUINTE VÊ NO PARÁ VIDA DE ÍNDIO

A reunião mais inusitada de uma subcomissão da Constituinte foi realizada no último dia 6, nos limites da Amazônia Oriental. A Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias encerrou seus trabalhos conhecendo, in loco, um dos problemas mais agudos que busca solucionar: a questão indígena. Para isso, deputados e senadores trocaram o conforto da sala localizada no Senado Federal, onde reuniram-se durante quase um mês, pela aldeia Gorotire, na área indígena Kayapó, situada em São Félix do Xingu (sul do Pará). Durante duas horas, cinco constituintes ouviram as reivindicações dos caciques Kanhök, Totoi e José té - enfatizadas pelo parente Raoni, cacique Txucarramãe. Uma das cinco aldeias da área dos Kayapó, que tem 3.262.960 hectares, a Gorotire sofre com os problemas causados pelo funcionamento dos garimpos Maria Bonita, Cumuaruzinho, Tarzã e Tepore e a exploração de sua madeira, pela empresa Seba, de Goiás. Os parlamentares ficaram surpresos com a infra-estrutura da aldeia. Mas a primeira emoção foi a chegada. Dezenas de homens, mulheres e crianças pintados com curucum e genipapo aguardavam o avião Búfalo da FAB. As crianças estavam adornadas com colares azuis e vermelhos. Durante a reunião, os homens usavam cocares verdes ou amarelos. Os habitantes da área indígena Kayapó sobrevivem hoje praticamente com os 5% que recebem da exploração de suas terras, o que dá

Cz\$ 2 milhões mensais - e vêm-se ameaçados pela malária trazida pelos garimpeiros. Além disso, o ric Fresco (ou Najá, como chamam os índios) está totalmente poluído e os peixes contaminados. Os Kayapó querem a remarcação definitiva de suas terras e, para isto, aceitam que os atuais garimpos continuem funcionando, mas exigem o pagamento da sua produção. O acordo foi, dizem eles, "imposto" por negociação entre o Ministério do Interior e o governo do Pará. (JB - 9/5/87)

MENINOS DE RUA LEVAM A ULYSSES SU GESTOES PARA A NOVA CONSTITUIÇÃO

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi ontem à Subcomissão do Menor, da Família e do Idoso receber as sugestões dos meninos de rua para a nova Constituição. E manteve um encontro com uma comissão de empregadas domésticas que lhe entregaram um documento contendo reivindicações sobre a atividade que desempenham. Comissões dos meninos de rua de Goiânia (GO), Caxias (RJ), integrantes da Embaixada da Paz, entidade de apoio aos menores, entregaram a Ulysses uma placa em asfalto com nove reivindicações inscritas, entre elas habitação, trabalho, estudo, alimentação e lazer. Foi entregue ainda uma outra placa com as mesmas solicitações à subcomissão. (FSP - 6/5/87)

Política Nacional

GREVE GERAL: CUT X CGT

O recrudescimento da inflação e as incertezas quanto aos rumos da economia estão levando a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a agitar novamente a bandeira da greve geral. No entendimento dos dirigentes da CUT, a mobilização dos trabalhadores em grau máximo é a única maneira de

forçar o governo a definir uma política econômica que não implique em sacrifícios, não só de salários, mas também de empregos. A greve geral será um dos itens em discussão na reunião que a executiva nacional da CUT realizará nos próximos dias 16 e 17, em Campinas (SP). A reunião é preparatória à Conferência Sindical Latinoamericana e Caribenha sobre a Divida Externa, a realizar-se também em Campinas, entre os dias 18 e 21. Se depender de Jacó Bittar, diretor de relações internacionais da CUT, a conferência servirá também "como um passo inicial para a construção de uma greve geral". No entanto, a perspectiva colocada por Bittar é encarada com reservas por Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão", presidente da CGT. "Enquanto houver mecanismos que reponham nos salários as conseqüências da inflação, a não ser que fatos novos venham a ocorrer, os trabalhadores não se animarão para a greve". Em outras palavras: enquanto existir o "gatilho" que reajusta automaticamente os salários, toda vez que o índice de inflação atinge 20%, "Joaquinzão" acredita que não haverá clima (ou "condições objetivas", no jargão preferido da CUT) para uma paralisação geral. (FSP - 10/5/87)

SALÁRIOS TÊM PERDA REAL DE ATÉ 33% EM UM ANO

Os trabalhadores registram perdas anuais em seu salário real de até 33% em relação a sua última data-base de reajuste salarial em função da aceleração do processo inflacionário. A conclusão é do economista Carlos Alberto Ramos, consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. Segundo Ramos, a incapacidade de o gatilho proteger integralmente os salários reais deve-se a três fatores: a limitação do reajuste a 20% ainda que a inflação seja maior, o intervalo entre o salário contratual e seu efetivo pagamento (geralmente com trinta dias de diferença)

e o fato dos salários serem gastos ao longo do mês seguinte e não integralmente no dia do pagamento. E mais: a incapacidade de dos índices de preços em captar integralmente as acelerações inflacionárias. A partir do salário recebido por um trabalhador em sua data-base (abril de 86) o economista da OIT conclui que a inflação corroeu seu poder de compra em 29% ao final de um ano, na hipótese do trabalhador gastar integralmente seu rendimento no dia do pagamento. Se, numa hipótese mais realista, o gasto for uniforme ao longo do mês seguinte ao recebimento, a perda chega a 33%. "A única saída para o trabalhador é recompor seu salário de pico (março de 86) através da barganha junto aos empregadores", afirma o economista, lembrando, entretanto, que numa conjuntura de tendência recessiva essa capacidade de negociação cai, abrindo espaço para um arrocho salarial pior que o imposto pela inflação. (FSP - 6/5/87)

ENTIDADES QUEREM REEDITAR VENDAVAL PRÓ-DIRETAS DE 84

Vai começar tudo de novo. Nos últimos dias, as mesmas siglas da sociedade civil que formaram o arco do comitê suprapartidário das diretas-já - CUT, CGT, Contag, CNBB, Andes, UNE e OAB -, desmobilizado há três anos após a derrota da emenda Dante de Oliveira, intensificaram os contatos entre seus representantes. O principal passo dado por essa nova articulação pré-diretas é a reunião marcada para hoje, em Brasília, em que as entidades da sociedade civil, com o apoio de representantes do PT, PDT, PSB, PCB, PC do B e de setores do PMDB, pretendem oficializar a criação de uma coordenação nacional do movimento. Ao mesmo tempo, a direção nacional do PT vai entregar à mesa da Constituinte o projeto de Constituição elaborado pelo partido que, em seus artigos das suas disposições transitórias, estabelece a convocação de eleições diretas para a

Presidência da República num prazo de até 180 dias após a promulgação da nova carta. Diretas-88 é a principal bandeira do programa de cinco pontos do movimento, que procura reaglutinar as mesmas forças da sociedade civil que nos últimos meses de 1983 se mobilizaram contra o regime militar e o colégio eleitoral. Os outros quatro são: direitos do trabalhador, reforma agrária, reforma urbana e reforma tributária. (JB - 6/5/87)

Trabalhadores Urbanos

ACABA GREVE NOS ÔNIBUS; CMTC DEVE CONTINUAR DEMISSOES

O transporte coletivo de São Paulo foi normalizado ontem, após o fracasso da greve dos motoristas e cobradores de ônibus urbanos, deflagrada à zero hora de segunda-feira, que acabou paralisando apenas a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC). Os funcionários retornaram ao trabalho no início da manhã sem esperar o resultado da assembléia, que ocorreu à tarde. O presidente da CMTC, Antônio João Pereira, afirmou que, apesar do término da greve, as demissões devem continuar na empresa. O sindicato da categoria já havia computado até o final da tarde 160 demissões, mas acreditava que este número deveria aumentar porque ainda não estavam prontos os levantamentos de todas as garagens. O movimento foi julgado ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho (cinco votos a quatro). Diante do fracasso da greve e em razão das demissões, o sindicato firmou acordo pela manhã com a CMTC, aceitando o aumento de 40% a vigorar a partir de 1º de maio, que eleva o piso salarial dos motoristas de Cz\$ 6.446,00 para Cz\$ 9.024,00. A categoria reivindicava 50% sobre os salários já reajustados com o aumento de 40% prometido pela Prefeitura. (FSP - 6/5/87)

MINAS REPRIME MANIFESTAÇÃO DE SERVIDOR

Cerca de 300 soldados do Batalhão de Choque da Polícia Militar foram usados para impedir que os funcionários públicos em greve ocupassem a Praça Sete, a principal da cidade, por ordem expressa do governador Newton Cardoso. Gritando refrões contra o governo, os grevistas sentaram-se na Avenida Afonso Pena, recusando-se a passar por um corredor polonês formado pelos policiais. O deputado federal Paulo Delgado e o estadual Francisco Delfino, o Chico Ferramenta, do PT mineiro, foram detidos pela polícia quando discursavam em um caminhão com alto-falante e conduzidos ao DOPS, mas foram liberados em seguida. A determinação do comandante geral do policiamento da capital, coronel Jairo, que supervisionou pessoalmente a atuação policial, era de que não seriam permitidas manifestações na Praça Sete nem o uso de alto-falantes. Quatro cordões de isolamento, formados por policiais armados de cassetetes, foram formados para impedir o acesso à praça. O governador Newton Cardoso voltou a afirmar ontem que os funcionários públicos sabem que o estado não tem recurso para atender às reivindicações de 108% de reposição salarial e disparo de dois gatilhos. O governador admite conceder apenas 20% de reajuste salarial e ameaça demitir os grevistas, mas nenhuma demissão tinha sido confirmada até ontem. (JB - 7/5/87)

POSSUEGRE GREVE DO FUNCIONALISMO EM SP

A greve do funcionalismo no Estado de São Paulo entrou ontem em seu segundo dia com uma adesão considerada "parcial" pelo comando do movimento e "pequena", segundo o governo, que estima em 5% o índice de paralisação. O projeto de lei que extingue o gatilho salarial para a categoria continuou sendo discutido na Assembléia Legislativa, mas apenas vinte dos 84 depu-

tados participaram em plenário das duas sessões ordinárias em que o secretário de Planejamento, Frederico Mazzucchelli, apresentou dados sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) que, segundo ele, indicariam que a manutenção do gatilho "é incompatível com a sustentação econômica do Estado". Os dados do secretário foram contestados pela deputada Luiza Erundina (PT), que requereu a convocação de Mazzucchelli. A receita estadual com a arrecadação do ICM estaria crescendo, ao contrário das estimativas do governo, segundo a deputada: em abril, em vez dos Cz\$ 8,6 bilhões previstos, foram arrecadados Cz\$ 10 bilhões, mais 26% em relação a março. (FSP - 9/5/87)

Igrejas

BICO DO PAPAGAIO VAI LEMBRAR PADRE JOSIMO

O assassinato do padre Josimo Moraes, 33 anos, no dia 10 de maio de 1986, na cidade de Imperatriz (MA), será lembrado hoje, um ano depois com manifestações contra a violência no campo e a favor da reforma agrária. Toda a região do Bico do Papagaio, que abrange o sul do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, está sendo mobilizada por integrantes da Comissão Pastoral da Terra e lideranças sindicais para uma grande concentração marcada para a cidade de Axixá (GO), de onde Josimo Moraes era vigário. Antes, haverá uma passeata pedindo a punição do pistoleiro que matou o padre e dos mandantes do crime, até hoje não identificados pela polícia do Maranhão. Fotos e cartazes do padre Josimo Moraes estão espalhadas pelas sedes dos sindicatos rurais, pelas cabanas dos lavradores, muros e postes das cidades e vilas, como que para manter acesa a luta pela reforma agrária. Camisetas com imagem e frases tornaram-se uniforme dos la-

vradores em dia de comício pela reforma agrária e músicas exaltando seu nome são executadas em tom de lamento e de insulto aos latifundiários. Há duas semanas, o prefeito de Imperatriz, por exemplo, mandou "limpar" as ruas da cidade dos cartazes do padre afixados por ativistas do PT e do PC do B, partido de imensa atuação na área. A Polícia Federal, segundo o padre Ricardo, coordenador da Pastoral da Terra no Tocantins e Araguaia, teria feito o mesmo em São Geraldo do Araguaia (PA). Segundo a polícia apurou na época, Josimo pode ter sido morto por um pistoleiro a mando do irmão de um fazendeiro trucidado por posseiros que o mandante identificou como amigos do padre. (JB - 10/5/87)

CNBB PREFERE DEBATE SOBRE QUESTÃO SOCIAL

O presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, revelou que não diverge do arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, defensor de um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, mas lamentou que o assunto esteja nas primeiras páginas dos jornais. Ele disse preferir, em vez disso, "a discussão da melhoria das condições de vida da população". Sobre as eleições diretas, D. Luciano afirmou que não são necessárias, "mas ainda não é o momento certo, pois não devem atropelar o árduo trabalho da Constituinte". Ele excluiu também a possibilidade de renúncia do presidente Sarney, "que tem mantido o processo democrático". Em palestra na Comissão de Estudos Constitucionais da Assembléia Legislativa gaúcha, o presidente da CNBB reafirmou que o documento da Confederação para uma nova ordem constitucional pede medidas concretas que possibilitem mecanismos de ascensão para os trabalhadores, garantindo a dignidade da vida humana, "com respeito ao direito individual, excluindo aborto, tortura e euta-

násia". Para ele, os atentados contra a vida incluem "as situações permanentes de fome e subnutrição". Ele citou dados da Unicef revelando que "o achatamento salarial no país teve como consequência o aumento da mortalidade infantil". (JB - 9/5/87)

CNBB É CONTRA PROJETO DE COMPUTADORES DO CELAM

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) votou contra o projeto da presidência do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) de instalar, na Colômbia, uma central de computadores, entendendo que a idéia deve ser debatida "com mais profundidade, evitando que o Celam caia em um projeto faraônico, com custos e manutenção imprevisíveis". Com um custo calculado em cinco milhões de dólares, a central serviria para informatizar as comunicações entre as conferências episcopais dos países da América Latina. O projeto da central foi apresentado originalmente em março último em Ipacaráí, no Paraguai, durante a assembléia eletiva do Celam, sendo que um relatório sobre suas deliberações foi apresentado em Itaici, município de Indaiatuba (a 99 km a noroeste de São Paulo), na semana passada, pelo cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider - que representou a conferência episcopal brasileira na reunião de Ipacaráí. Em seu relatório, d. Aloísio defendeu uma "reformulação completa" do Celam, por considerar que a entidade de "não está atendendo às necessidades e aspirações da Igreja latino-americana". Segundo d. Aloísio, o Celam "deixou a impressão de ser mais uma instituição a ser viço das conferências episcopais de língua espanhola do que das conferências dos países da América Latina como um todo". (FSP - 8/5/87)

ARQUIDIOCESE ELABORA TEXTO BÁSICO SOBRE AIDS

Até o final deste mês, a Arquidiocese de São Paulo pretende divulgar o texto básico sobre Aids que será discutido nas paróquias do Estado e pode ser aproveitado em todo o país, a partir de orientação da Pastoral da Saúde. O texto, contendo vinte páginas, procurou mesclar informações científicas com os cuidados básicos de prevenção da doença e o aspecto pastoral de apoio ao aidético, segundo disse ontem o superior provincial dos padres Camilianos, Augusto Antonio Mezzomo. Ainda não impresso, o texto foi apresentado pelo cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, aos bispos que se reuniram no convento de Itaici, município de Indaiatuba (SP), durante a última reunião da assembléia-geral dos bispos brasileiros. Segundo o padre Mezzomo, o texto "foi muito bem aceito por todo o episcopado". (FSP - 6/5/87)

Índios

DEBATE NA UnB DEFENDE OS DIREITOS DOS INDÍGENAS

Os direitos dos índios foram um dos temas de maior destaque na sessão final do Colóquio sobre Direitos Humanos na América Latina, realizado anteontem e ontem no auditório Dois Candangos da Universidade de Brasília (UnB). Na avaliação de José Geraldo de Souza Júnior, diretor do Núcleo de Estudos para a Paz da UnB e organizador do encontro, foi atingido o objetivo básico de "radicalizar a discussão" para permitir uma compreensão mais ampla dos direitos humanos nas condições latino-americanas atuais. Esse foi o primeiro colóquio sobre direitos humanos realizado no Brasil. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) surpreendeu ontem os participantes ao

iniciar sua exposição passando a palavra ao tuxaua Davi, chefe da tribo yanomami. Em seu pronunciamento em língua yanomami, traduzido para o português, ele disse que sua tribo - 115 mil índios da fronteira com a Venezuela - vai continuar sendo dizimada no contato com os brancos se não forem demarcadas as terras indígenas. (FSP - 9/5/87)

INDÍGENAS INSISTEM NA SAÍDA DE TÉCNICO

Os índios guajajaras, pertencentes à aldeia Ipu, localizada a 25 km do centro do Município de Grajaú (MA), continuam ocupando o prédio da administração regional da Funai, em São Luís. Eles tiveram um encontro com o assessor regional de Belém, Dinarte Nobre Medeiros e afirmam que só abandonarão o prédio depois de encontradas soluções para seus problemas. Querem, a imediata saída do chefe do posto da Funai em Grajaú, Octaviano Cavalcante Galvão. Os índios denunciaram o descaso da Funai no Maranhão para com os indígenas e disseram que os programas agrícolas não funcionam. (DIÁRIO DO GRANDE ABC/SP - 5/5/87)

POSSEIRO INVADE RESERVA

Dezenas de famílias estão invadindo a reserva Karipuna, em Guajará-Mirim, seguindo o trajeto de uma estrada vicinal que está sendo aberta a partir de Vila Nova, naquele município. Essa denúncia foi feita ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de Porto Velho, à administração regional da Funai na capital e que já está providenciando o deslocamento de uma equipe para a área, a fim de comprovar a veracidade das denúncias. Se de fato as terras do Karipuna estiverem sendo invadidas, a Funai vai recorrer à Polícia Federal para expulsar as famílias. Recentemente, dezenas de agricultores foram retirados das reservas Lage e Ribeirão, naquele município, onde habitam os Pakaas Novas. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 28/4/87)

**POVO DO RIO NEGRO
DEBATE CALHA NORTE**

A II Assembléia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro foi aberta ontem às 9:30 da manhã em São Gabriel da Cachoeira, no Ginásio de Esportes das Missões Salesianas. Participaram da solenidade de abertura vários líderes indígenas da região, o superintendente-geral da Funai, Marcelo Cutello das Chagas, o superintendente-regional da Funai, Sebastião Amâncio, e representantes do Conselho de Segurança Nacional das missões salesianas e da Mineradora Paranapanema. Durante três dias, 230 líderes indígenas representando 13 etnias e 56 comunidades, discutirão os problemas relacionados com a demarcação de suas terras, projeto Calha Norte, as ações das missões religiosas na área e as atividades das mineradoras que detêm a licença de lavra de minérios na região. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 29/4/87)

**CSN VETA CONCESSÃO
DE ÁREA INDÍGENA EM RR**

A orientação do representante da secretaria do Conselho de Segurança Nacional no grupo interministerial de reconhecimento das áreas indígenas, coronel Antônio Carlos Carneiro da Silva, é de só considerar uma área indígena depois de consultar os empresários. A primeira ocorrência desta natureza foi no dia nove de abril, quando o grupo se reuniu e o representante do CSN vetou a área dos waimiri-atroari, em Roraima, O principal interessado nesta área é o empresário Otávio Lacombe, da empresa de mineração Paranapanema. Lacombe, na reunião dos empresários com o presidente Sarney, em 22 de março passado, reclamou da extensão territorial das áreas indígenas e, depois disso, o representante do CSN vetou o reconhecimento da área waimiri-atroari, sem nenhuma explicação. Participaram desta reunião representantes do Ministério da Reforma Agrária, André

Villas Boas; da Funai, Romero Jucá, presidente do órgão, Daniel Marques, superintendente de terras, e Sônia Demarquet, da Divisão de Identificação da Funai. Não houve protestos sobre a decisão do coronel Carneiro. As demarcações e reconhecimentos de áreas indígenas sofreram um processo de mudança no governo Sarney. Até agora, mesmo depois que a secretária do Conselho de Segurança Nacional passou a decidir sobre a demarcação das áreas, as dificuldades se resumiam apenas na dimensão dos territórios indígenas. A partir de dezembro de 85, entretanto, sem qualquer definição, o CSN tem vetado as áreas que se encontram em faixa de fronteira, áreas contíguas, partindo do critério de que entre duas áreas indígenas deve existir uma faixa de território controlado pela sociedade nacional, áreas que ocupem as duas margens de rios importantes e áreas nas proximidades de rodovias. O território waimiri-atroari não se enquadra em nenhum destes itens e mesmo assim será revisto. Estes critérios para reconhecimento e posterior demarcação das áreas indígenas afetam os grupos da Amazônia, onde o governo mantém convênios com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, para asfaltamento da rodovia que liga Porto Velho a Rio Branco. Nessa área, os recursos externos (BID) chegam a dez milhões de dólares e, na próxima semana, o banco quer tomar conhecimento sobre o cumprimento das cláusulas do contrato. (JORNAL DE BRASÍLIA/DF - 3/5/87)

**PARAÍBA POE 50 MIL NA
RUA CONTRA A VIOLÊNCIA**

Cerca de 50 mil pessoas percorreram ontem as ruas centrais de João Pessoa, numa passeata de protesto contra a violência da polícia paraibana que, na véspera, dissolveu a golpes de cassetete uma manifestação de estudantes secundaristas que protestavam contra o aumento de 120% nas mensalidades escolares. Os incidentes resul-

taram na demissão do secretário de Segurança do estado, coronel reformado do Exército Severino Talião de Almeida. Foi a maior manifestação pública dos últimos anos na Paraíba. Portando cartazes em que a palavra "paz" aparecia com muita frequência, os manifestantes concentraram-se na Praça da Independência, circundaram a lagoa, ponto mais central da capital paraibana, desceram em direção à cidade de baixa e terminaram com uma nova concentração diante do Palácio dos Despachos. O movimento resultou no fim de uma interdição imposta pelo secretário demitido: há uma semana, estavam proibidas as concentrações públicas diante do palácio do governo. Agora, não haverá mais restrições. (JB - 7/5/87)

O MAIOR LATIFÚNDIO DO BRASIL

O maior latifúndio brasileiro tem 4 milhões 292 hectares, está localizado no Amazonas e pertence a uma empresa chamada Manaza Madeireira Nacional S.A.. A extensão de terras da Manaza é quase o dobro do estado de Sergipe e ainda é maior que muitos países, como a Holanda, que distri-

bui sua população de 14 milhões de habitantes em 3 milhões 393 mil hectares. Essa informação consta de um levantamento feito pelo Incra em seu cadastro, onde foram separadas as propriedades iguais ou superiores a 100 mil hectares. O resultado: existem no Brasil 162 propriedades que somam mais de 32 milhões de hectares. Este trabalho foi apresentado ontem aos integrantes da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária da Constituinte pelo ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira. Segundo o documento do Incra, que se baseia em informações dadas pelos próprios donos das terras, esse tipo de propriedade rural sobrevive em 11 estados brasileiros: Piauí, Pará, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Goiás, Bahia, Amapá, Amazonas e Acre. O campeão disparado de concentração dos latifundiários é o estado do Amazonas. Ali existem 43 imóveis rurais cuja soma de terras é de 12 milhões 445 mil hectares. Um outro grande latifúndio brasileiro também está instalado nesse estado, em seis glebas de terra que juntas formam 1 milhão 529 mil hectares, pertencentes à Aplub Agroflorestral Amazônia S.A.. (JB - 7/5/87)

PROPOSTA POPULAR DE EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

EMENTA: Cria formas e instrumentos de participação popular.

Inclua-se na Constituição Brasileira, onde couber:

Art. - Na falta da lei, para tornar eficaz uma norma constitucional, o Ministério Público ou qualquer interessado pode requerer ao judiciário que determine a aplicação direta da norma, ou, se for o caso, a sua regulamentação pelo poder legislativo.

§ Único - A decisão favorável do judiciário tem força de coisa julgada, a partir de sua publicação.

Art. - A emenda constitucional aprovada, que tenha recebido voto contrário de dois quintos dos membros do Congresso Nacional, e a emenda constitucional rejeitada, que tenha recebido voto favorável de dois quintos dos membros do Congresso

Nacional, pode ser submetida a referendo popular, se esta medida for requerida por um quinto dos congressistas ou por um por cento dos eleitores, no prazo de cento e vinte dias, contados de sua aprovação.

§ Único - No caso de emendas aprovadas, decorrido o prazo estabelecido neste artigo, e não apresentado o requerimento, a emenda entrará em vigor.

Art. - As leis e atos federais, relativos aos direitos do homem, às liberdades sociais dos trabalhadores e às condições mesológicas do país, serão submetidos a referendo popular, sempre que isto seja requerido por um número de eleitores igual a meio por cento do eleitorado nacional.

§ Único - As leis orçamentárias e tributárias não serão submetidas a referendo popular.

Art. - Fica assegurada a iniciativa popular da lei, no processo legislativo, mediante proposta subscrita por setenta mil eleitores no mínimo.

§ 1º - Apresentada a proposta, o Congresso a discutirá e votará em caráter prioritário, no prazo máximo de cento e oitenta dias.

§ 2º - Decorrido este prazo, o projeto vai automaticamente à votação.

§ 3º - Não tendo sido votado até o encerramento da sessão legislativa, o projeto estará reinscrito para a votação na sessão seguinte da mesma legislatura, ou na primeira sessão da legislatura subsequente.

Art. - Fica também assegurada a iniciativa popular no processo de emenda da Constituição, mediante proposta subscrita por um número mínimo de eleitores igual a um por cento do eleitorado nacional.

Art. - Os sindicatos, as associações profissionais e as demais entidades associativas regularmente instituídas são parte legítima para pleitear ou defender os direitos e os interesses, coletivos ou individuais, de seus filiados, em qualquer instância judicial ou administrativa.

Art. - A ação popular é sempre gratuita. Seu autor, ainda que vencido, não responderá por custas, honorários ou quaisquer outras despesas processuais.

Art. - Qualquer entidade associativa, regularmente instituída, é parte legítima para propor ação de desconstituição ou proibição de atos praticados, ou que possam vir a ser praticados, por pessoa de direito público ou privado, quando tais atos, embora formalmente regulares, lesam o patrimônio público, os bens de uso comum do povo, os bens de reconhecido valor artístico, estético ou histórico, os interesses legítimos dos consumidores, a natureza e o equilíbrio ecológico, os meios de vida dos indígenas, a saúde pública, a administração da justiça e os direitos humanos.

Art. - Qualquer cidadão é parte legítima para propor diretamente ação de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público.

Art. - Qualquer cidadão, sindicato, partido político ou outra entidade associativa regularmente instituída tem direito à informação sobre os atos do governo

e das entidades controladas pelo poder público, relativos à gestão dos interesses coletivos, na forma estabelecida em lei.

§ Único - As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. - O planejamento da atividade do governo, nas etapas de elaboração dos planos e de seu acompanhamento e controle, terá a participação dos representantes da comunidade.

JUSTIFICATIVA

A Assembléia Nacional Constituinte, ao incluir a norma da Iniciativa Popular em seu Regimento Interno, deu uma importante demonstração de sensibilidade pelos anseios de democratização que marcam o atual momento histórico brasileiro.

Com esse instrumento, inteiramente novo em nossas normas jurídicas, ela enfrentou corajosamente as insuficiências e imperfeições de nossa democracia representativa. Ao mesmo tempo, criou condições para aumentar a corresponsabilidade de toda a sociedade na elaboração da nova Constituição e, portanto, a sua própria legitimidade.

A presente proposta pretende enfrentar o mesmo desafio e busca consolidar ainda mais o avanço já realizado. O que se quer, agora, é que a Iniciativa Popular seja incorporada ao processo legislativo permanente, ou seja, ao processo comum da elaboração das leis, tanto no que se refere à legislação ordinária como às emendas que forem necessárias para o aperfeiçoamento progressivo da ordem constitucional. O que se quer, afinal, é aumentar o nível de participação direta da sociedade nas decisões de interesse coletivo, na fiscalização dos atos que interferem na vida social, no controle da gestão dos recursos públicos e no que for preciso para assegurar a eficácia das normas constitucionais.

Os subscritores desta Iniciativa contam também com a possibilidade de avanços reais em outros capítulos da Constituição, em especial no que se refere à garantia da independência do poder judiciário, à garantia das prerrogativas do legislativo e à desconcentração do poder executivo, para que as formas e instrumentos de participação popular propostos possam atingir sua plena eficácia.

As propostas aqui apresentadas foram elaboradas a partir de sugestões recolhidas, junto à população, pelas entidades e pessoas que se articularam, ao longo dos dois anos que precederam a atual fase do processo constituinte, em Plenários e Movimentos Pró-Participação Popular na Constituinte, espalhados por todo o país. Assumidas pelas entidades de nível nacional que se responsabilizaram pela coleta de assinaturas, contam também com o apoio de uma série de outras entidades, indicadas em anexo, que pertencem a diferentes níveis sociais e aos mais diversos setores de atividades.

A presente Iniciativa se restringiu, como não podia deixar de ser, unicamente a matérias da Constituição Federal. Mas seus subscritos consideram que suas propostas podem e devem ser retomadas quando da elaboração das Constituições Estaduais, até o nível municipal, para que as aspirações democratizantes, de que são portadoras, impregnem toda a estrutura política do país.

Os interessados em assinar essa Iniciativa Popular, devem entrar em contato, com urgência, no endereço abaixo:

Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte

Rua Visconde do Rio Branco, 54-20060 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021) 222.9832

**NOTA DE SOLIDARIEDADE A CATEGORIA DOS
PESCADORES ARTESANAIS DO ESTADO DO MARANHÃO**

Os Pescadores Artesanais do Estado do Maranhão, estiveram reunidos com algumas Entidades, onde fizeram graves denúncias contra a atual política do governo para a pesca, que está ameaçando seriamente sua sobrevivência.

Neste encontro foram levantadas algumas denúncias:

- Para aumentar a divisa do país para pagamento da dívida externa, o governo está investindo na pesca industrial, em detrimento a sobrevivência de mais de 80 mil pescadores artesanais e suas famílias assim como do mercado interno.

- A pesca industrial é uma pesca intensiva que leva ao esgotamento dos recursos pesqueiros, em particular a pesca de arrastão, que com maior interesse no camarão estraga todo o peixe, prejudicando a reprodução da vida no mar.

- As empresas de pesca estão comprando os pesqueiros, as ilhas, cercando praias, expulsando os pescadores do local de moradia e impedindo o desenvolvimento de trabalhos.

- Os pescadores artesanais estão ameaçados em sua sobrevivência. O mar está sendo grilado pelas empresas e os pescadores não têm condições materiais de trabalho para desenvolverem suas atividades.

- A proletarianização do pescador artesanal, servindo de mão-de-obra barata, como setor externo das fábricas, para garantir a produção a ser industrializada.

Diante do exposto, as Entidades considerando que:

- A luta contra a exploração é uma luta de todos os trabalhadores, organizados em seu órgão de classe e/ou em partidos políticos que os representam. As entidades se solidarizam com as lutas dos pescadores artesanais, se comprometendo em divulgar suas denúncias.

- A luta de uma categoria deve ser também encampada de modo unificado por todos aqueles que sofrem no dia-a-dia a exploração do capital. Apóiam as reivindicações dos pescadores artesanais, que são:

- ELABORAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA DE PESCA VOLTADA PARA A PESCA ARTESANAL COM PARTICIPAÇÃO REPRESENTATIVA DOS PESCADORES.

- Participação dos Pescadores através de um Conselho de Pescadores a nível municipal, estadual e nacional.

1. EXPULSAO DAS EMPRESAS DE PESCA

- suspensão imediata dos incentivos financeiros às empresas de pesca;
- formação de uma comissão composta por técnicos, juristas e por um conselho de pescadores, para analisar os fins sociais das empresas de pesca.

2. LIMITAÇÃO DA ÁREA DE PESCA DE ARRASTAO

- limite de 15 milhas, contando a partir da baixa-mar;
- fiscalização da SUDEPE;
- indenização de todos os danos que as empresas causarem aos pescadores e a sociedade.

3. EMPRESTIMO PARA O PESCADOR ADQUIRIR SEU MATERIAL DE TRABALHO

- participação do pescador na elaboração de um Programa de financiamento, na administração dos recursos, com poder de aprovação ou não dos projetos;
- juros de 5% ao ano, com isenção de correção monetária;
- prazo de carência de 1(um) ano e 6(seis) meses, a partir do financiamento do material;
- pagamento no prazo de 6(seis) anos, com parcelas de 3(três) em 3(três) meses;
- participação na definição dos critérios para o financiamento.

4. RECONHECIMENTO DO PESCADOR COMO TRABALHADOR

- aprovação imediata da lei das colônias elaborada pela Comissão Nacional da Constituinte da Pesca.

5. PREÇO MÍNIMO DO PESCADO

- criação de uma lei que garanta o preço mínimo do pescado na safra e na entressafra;
- direito de livre comercialização do pescado pelo pescador.

São Luís (MA), abril de 1987

(Entidades Populares do Maranhão)